

PODER LEGISLATIVO

RESENHA PARLAMENTAR

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 27-4 a 2 de maio, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

ABONO DE EMERGÊNCIA NO PODER JUDICIÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em segunda discussão e encaminhado à Comissão de Redação o projeto de lei que concede abono de emergência aos servidores das Secretarias dos Tribunais Federais e outros órgãos do Poder Judiciário (D.C. 28-4, pág. 3227).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Educação e Cultura o projeto de lei que concede auxílio de dois e meio milhões de cruzeiros para atender a despesas com a realização de Congressos de Ortopedia e Traumatologia (D.C. 28-4, pág. 3221). Aprovada também a audiência da Comissão de Educação e Cultura para o projeto de lei que concede o auxílio de trezentos mil cruzeiros para as despesas com a realização de um Congresso Eucarístico em Cuiabá (D.C. 28-4, pág. 3227). O primeiro desses projetos foi aprovado com emendas na sessão de 28 de abril (D.C. 29-4, pág. 3276).

Aprovado em segunda discussão e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que abre crédito especial para regularização dos auxílios prestados à E.F. Leopoldina no exercício de 1952 (D.C. 28-4, pág. 3231). A redação final desse projeto foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3399).

Publicada a redação final do projeto de lei que inclui entre as entidades subvencionadas pelo Governo Federal as Faculdades de Filosofia e de Ciências Políticas e Econômicas, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (D.C. 29-4, pág. 3269). Essa redação foi aprovada na sessão de 29 de abril (D.C. 30-4 pág. 3342).

Publicadas as redações finais dos projetos de lei que concedem auxílios: ao Congresso de Ensino Jurídico em Fortaleza; e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (D.C. 30-4, pág. 3339.) Essas redações foram aprovadas na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, pág. 3406).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio de quinze milhões de cruzeiros à Fundação Abrigo Cristo Redentor (D.C. 1-5, pág. 3382). Também com parecer favorável da mesma Comissão foi a imprimir o projeto de lei que concede subvenção de dois e meio milhões e cruzeiros ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá (D.C. 1-5, pág. 3389). Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede o auxílio de vinte milhões de cruzeiros para as vítimas das enchentes do Rio Amazonas (D.C. 1-5, pág. 3391).

Foi a imprimir projeto de lei de autoria do deputado Rui Almeida que concede auxílio de dois milhões de cruzeiros para aquisição de sede própria destinada à Sociedade Brasileira de Belas Artes (D.C. 1-5, pág. 3402).

No Senado Federal

Aprovada a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre o cancelamento da dívida

decorrente da aquisição do imóvel da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (D.C. 29-4, pág. 3295).

Iniciada a discussão do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para socorrer as populações sacrificadas pelo arrombamento do açude público de Triunfo, no Estado de Pernambuco (D.C. 1-5, pág. 3434).

CONSIGNAÇÕES EM PAGAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação final do projeto de lei que altera dispositivo do Decreto-lei, n.º 3.077, de 1941, que estabelece a obrigatoriedade de recolhimento, ao Banco do Brasil, das consignações em pagamento (D.C. 30-4, página 3338). Essa redação final foi aprovada na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, pág. 3406).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto elaborado pela Comissão de Tomada de Contas que mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao termo de rescisão e ao contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a firma Lino Amorim Ltda. para fornecimento de repartições dependentes do mesmo Ministério (D.C. 28-4, pág. 3211).

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que aprova o contrato celebrado entre o M. Ae. e Luiz Valente Boffi. para desempenhar a função de Professor Associado de Eletrônica Aplicada, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (D.C. 28-4, pág. 3232).

No Senado Federal

Chegam ao Senado os seguintes projetos de decretos legislativos: aprova o contrato celebrado entre o D.N.O.C.S. e a Cia. Brasileira de Material Elétrico para fornecimento de equipamento elétrico destinado à Mina Hidrelétrica do Açude Curema, Paraíba; idem entre o M. Ae. e John Putman Webber para Professor Associado de Meteorologia Sinótica do I.T.Ae.; idem entre o M.Ae. e Jack Riort Jorecki para Professor Associado de Aerodinâmica do I.T.Ae.; idem entre o M.A. e Telêmaco Coriolano Pompei para exploração, mediante arrendamento de uma usina de preparo de café, em Muriaé, MG; idem entre o M.Ae. e Ciro Pulino de Camargo para auxiliar de Ensino de Física no I.T.Ae.; idem entre o M.Ae. e Dalton Ramos Brando para Auxiliar de Ensino de Desenho, no I.T.Ae. (D.C. 29-4, pág. 3290).

Publicadas as redações finais dos projetos de decretos legislativos que aprovam contratos celebrados entre o M.M. e Giovanni Grassi para desempenhar as funções de Técnico em Ótica; e entre o M.E.S. e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. para obras na Colônia Juliano Moreira (D.C. 30-4, pág. 3352).

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Na Câmara dos Deputados

O deputado Adroaldo Costa apresentou projeto de lei que obriga as autarquias, quando condenadas por sentença

do Judiciário, a recolherem a estabelecimento bancário as importâncias dos respectivos pagamentos (D.C. 1-5, página 3402).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que estende, por acôrdo, as prerrogativas de isenção aduaneira aos funcionários estrangeiros (D.C. 28-4, pág. 3232). A redação final dêste projeto foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3399).

Promulgada a convenção relativa ao reconhecimento internacional dos direitos sobre aeronaves, firmada em Genebra, a 19 de junho de 1948 (D.C. 29-4, pág. 3253).

No Senado Federal

Em virtude de urgência foi iniciada a discussão única, na sessão de 28 de abril, do projeto de decreto legislativo que aprova o Acôrdo de Assistência Militar entre o Brasil e os Estados Unidos. Os senadores Gomes de Oliveira, Onofre Gomes e Álvaro Adolfo lêem os pareceres verbais, respectivamente pelas Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças. Lido também o voto do senador Alberto Pasqualini (D.C. 29-4, pág. 3296).

Iniciada a discussão única do projeto, que prosseguiu na sessão noturna de 29 de abril (D.C. 30-4, págs. 3358 e 3364). Em discussão única, foi o projeto debatido na sessão diurna de 30 de abril e noturna do mesmo dia, sendo aprovado e enviado à promulgação (D.C. 1-5, págs. 3419, 3430 e 3374). As emendas foram rejeitadas.

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá, Goiás (D.C. 28-4, pág. 3208).

Publicada a redação final do projeto de lei que autoriza doação à Prefeitura de Formiga, MG, de um imóvel pertencente à União. Essa redação final foi aprovada na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, pág. 3406).

ECONOMIA

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu na Comissão de Economia a discussão do projeto de lei que dispõe sobre o plano geral para o aproveitamento econômico do Vale do São Francisco (D.C. 28-4, pág. 3200).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Publicada, no "Diário do Congresso" de 28 de abril, a aula inaugural proferida pelo professor Haroldo Valadão na Faculdade Nacional de Direito e subordinada ao título "Problemas Legislativos do Ensino Superior, em Especial do Ensino Jurídico".

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que dispõe sobre a realização dos exames de suficiência no país (D.C. 28-4, pág. 3228). A redação final foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3399).

Com parecer favorável da Comissão de Educação e Cultura, foram a imprimir as emendas do Senado ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre as finalidades do

ensino do Serviço Social, sua estruturação e as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais (D.C. 15, pág. 3391).

O projeto de lei que estende aos professores dos cursos comerciais o direito de lecionar nos cursos secundários foi a imprimir com pareceres contrários das Comissões de Finanças e de Educação e Cultura (D.C. 15, pág. 3395).

As Comissões de Educação e Cultura e de Finanças pronunciaram-se favoravelmente ao projeto de lei que cria a cadeira de "Etnografia brasileira e língua tupi" nas Faculdades de Filosofia e Letras do País (D.C. 1-5, página 3395).

No Senado Federal

Publicada a redação final do projeto de lei que institui no M.E.S. Prêmios Nacionais de Literatura, Ciência e Cultura (D.C. 30-4, pág. 3352).

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 9

Na Câmara dos Deputados

Assinada pelo deputado Ari Pitombo, foi lida na hora do expediente e encaminhada à impressão, emenda constitucional que dá nova redação ao § 31, do art. 141 da Constituição Federal, que estabelece a exclusão da pena de morte, de banimento, de confisco e de caráter perpétuo (D.C. 1-5, pág. 3403).

ENERGIA NUCLEAR

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Uriel Alvim que fixa critérios normativos sobre a localização e instalação de usinas, laboratórios e centros de interêsse da energia nuclear e dá outras providências (D.C. 28-4, pág. 3215).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foram a imprimir os seguintes projetos de lei: autoriza a abertura de crédito especial para pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais; e autoriza a abertura de crédito especial para ocorrer a despesas com o transporte de imigrantes holandeses (D.C. 28-4, págs. 3209 e 3210).

Em segunda discussão, foram aprovados e enviados à Comissão de Redação os seguintes projetos de lei: dispõe sobre os direitos a serem atribuídos ao papel celofane e às caixas de papelão que servirem de envoltório ou continente ao pescado industrializado; e abre crédito suplementar para pagamento de despesas realizadas em 1952 com luz e força pela E.F.C. do Piauí (D.C. 28-4, págs. 3228 e 3231). Foi a imprimir a redação final dêste último projeto (D.C. 1-5, pág. 3399).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que retifica a Lei n.º 1.757, de 10 de dezembro de 1952, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1953 (D.C. 29-4, página 3267).

Estando em regime de urgência, foi a imprimir, com pareceres das Comissões, o projeto de lei que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste, eleva os limites dos prêmios de ajuda-gem por cooperação e dá outras providências (D.C. 29-4, pág. 3281). Iniciada a discussão do projeto na sessão de 29 de abril (D.C. 30-4, pág. 3343). Prosseguiu a discussão na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, pág. 3406).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender despesas com as novas instalações da Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia da Universidade do Rio Grande do Sul (D.C. 1-5, página 3385).

Com substitutivo da mesma Comissão, foi a imprimir o projeto de lei que permite, para cálculo do imposto complementar de renda, dedução do quantitativo de aluguel de casa (D.C. 1-5, pág. 3390).

No Senado Federal

Em discussão única, foi aprovado e vai à sanção o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento aos Deputados da ajuda de custo devida pela convocação extraordinária do Congresso (D.C. 29-4, pág. 3295).

FORÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que altera legislação sobre promoção de Aspirante a Oficial no Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 28-4, pág. 3231). Em virtude de dispensa de interstício, a redação final foi aprovada na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, pág. 3406).

Examinado na Comissão de Segurança Nacional o projeto de lei que regula as promoções dos oficiais do Exército (D.C. 30-4, pág. 3304).

ISENÇÕES DE DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Rejeitado o projeto de lei que isenta do imposto do selo os contratos de compra e venda ou de fornecimento de mercadorias para fins mercantis ou comerciais (D.C. 28-4, pág. 3227).

Em segunda discussão, foram aprovados e enviados à Comissão de Redação os seguintes projetos de lei: concede isenção de tributos para a importação de material destinado à construção de uma usina hidrelétrica da Prefeitura do Carmo do Parnaíba, MG; e concede isenção de impostos para a importação de um órgão destinado ao Colégio de Santa Inês, SP (D.C. 28-4, pág. 3229). A redação final deste último projeto foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3399).

Aprovada a audiência da Comissão de Educação e Cultura para o projeto de lei que concede isenção de direitos para 22 toneladas de mármore de Carrara para a Basílica da Penha, Recife (D.C. 28-4, pág. 3233).

Publicadas as redações finais dos projetos de lei que concedem isenção de direitos de importação para: dois conjuntos Diesel Kiel destinados ao serviço de força e luz de Cametá, Pará; e material elétrico destinado às Prefeituras de Una, MG, Santa Cruz e Cristalina, Goiás, e Sapé, Paraíba (D.C. 30-4, pág. 3339). Essas redações finais foram aprovadas na sessão de 30 de abril (D.C. 1-5, página 3406).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede isenção de direitos para material elétrico destinado à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, com sede em Belo Horizonte (D.C. 1-5, página 3385).

O deputado Pereira Diniz apresentou projeto de lei que concede isenção de impostos ao Estado da Paraíba, para a importação de uma turbina STAL, destinada à iluminação da sua capital (D.C. 1-5, pág. 3402).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu na Comissão de Legislação Social a discussão e votação das emendas ao projeto de lei que dispõe sobre a organização sindical. Nessa reunião, realizada no dia 24 de abril, esse órgão técnico examinou ainda o projeto de lei que dispõe sobre o aumento de 50% do salário mínimo em vigor a 1 de maio de 1951, que foi redistribuído ao deputado Hildebrando Bisaglia, e projeto de lei que dispõe sobre estabilidade nas empresas. (D.C. 28-4, páginas 3200-01). Continuou a C.L.S. o exame do projeto de organização sindical (D.C. 1-5, pág. 3380).

O deputado Maurício Joppert apresentou projeto de lei que institui o regime de férias para os estivadores, conferentes e consertadores de carga e descarga, vigias portuários e demais trabalhadores autônomos que prestem serviços agrupados por intermédio de sindicato, caixa portuária ou entidade congênere (D.C. 29-4, pág. 3270).

Com pareceres das Comissões, vai a imprimir o projeto de lei que altera a Lei de Acidentes do Trabalho, na parte que estabelece normas quanto às entidades que podem efetuar seguros. (D.C. 30-4, pág. 3318).

MATERIAL

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que abre crédito especial para renovação dos móveis do Palácio Tiradentes (D.C. 28-4, pág. 3226). A redação final deste projeto foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3399).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que cria coletorias federais em municípios dos Estados do Rio e Paraná (D.C. 28-4, pág. 3221).

Foi a imprimir o projeto de lei apresentado pelo deputado Breno da Silveira que altera o art. 41 da Lei n.º 217, de 15-1-48, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Distrito Federal (D.C. 30-4, pág. 3340).

Aprovado na Comissão de Economia o parecer contrário ao projeto de lei que cria o Conselho Nacional de Organização Cooperativa (D.C. 1-5, pág. 3379).

O parecer favorável ao projeto de lei que autoriza a criação de postos agropecuários em diversos municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, lido na mesma Comissão, foi aprovado (D.C. 1-5, pág. 3379).

No Senado Federal

Com pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura, Indústria e Comércio, e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a criação de uma escola de agronomia em Manaus, Estado do Amazonas (D.C. 28-4, pág. 3239).

Lido, aprovado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei que cria o Parque Indígena do Xingu e dispõe sobre sua organização (D.C. 30-4, página 3356).

PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

Com parecer da Comissão de Serviço Público Civil, que opina pelo arquivamento, foi a imprimir o projeto de

lei que dispõe sobre o provimento das classes iniciais das carreiras de Estatístico, Bibliotecário e Desenhista (D.C. 28-4, pág. 3208).

Em segunda discussão, foi aprovado e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que abre crédito especial de seis milhões de cruzeiros para pagamento de abono de emergência, salário-família e salário-espôsa aos servidores da Secretaria da Câmara dos Deputados (D.C. 28-4, pág. 3226).

Aprovados em segunda discussão e enviados à Comissão de Relação os seguintes projetos de lei: abre crédito especial para pagamento de gratificação devida ao desenhista Renato de Oliveira Greenhalgh; idem de proventos a que tem direito o funcionário Francisco Eugênio Coutinho, presentemente em disponibilidade; fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal; abre crédito especial para atender a pagamento de salário-família devido a servidores da Rede de Viação Cearense e Viação Férrea Leste Brasileiro; idem ao Ministério da Educação para pagamento de gratificação de magistério; e idem para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço aos funcionários do T.R.E. do Rio Grande do Sul (D.C. 28-4, págs. 3228/3231/32). O antepenúltimo e o último projeto já foram publicados em redação final (D.C. 1-5, pág. 3399).

Em virtude de emendas, voltaram às Comissões técnicas os projetos de lei que: assegura prisão especial aos servidores da polícia civil; e reestrutura o Quadro da Secretaria do T.R.E. do Rio Grande do Sul (D.C. 28-4, págs. 3229 e 3232).

Aprovado o substitutivo da C.S.P.C. e a emenda de plenário ao projeto de lei que assegura aproveitamento de pessoal das Faculdades de Medicina de Recife e Escola de Engenharia de Recife, federalizadas pela Lei n.º 976, de 17-12-49. (D.C. 28-4, pág. 3221).

Aprovado na Comissão de Finanças o parecer ao projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de seguro de vida e de acidente de trabalho nos estabelecimentos industriais da União (D.C. 29-4, pág. 3259).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de gratificação aos dentistas da Tabela Única do Ministério da Justiça (D.C. 29-4, pág. 3269). Essa redação final foi aprovada na sessão de 29 de abril (D.C. 30-4, pág. 3342).

Aprovado em redação final o projeto de lei que abre créditos especial e suplementar para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores das Secretarias da Câmara dos Deputados e Senado Federal (D.C. 20-4, pág. 3276).

Com pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede abono de Natal aos funcionários públicos civis aposentados da União (D.C. 1-5, pág. 3382). Também com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que institui o "abono de família" e estabelece um "abono de emergência" para os servidores civis da União. A mesma Comissão opinou contrariamente ao projeto de lei que dispõe sobre diaristas extranumerários da União e Autarquias Federais (D.C. 1-5, pág. 3393).

Foi a imprimir o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de seguro de vida e de acidente de trabalho nos estabelecimentos industriais da União. O projeto está com pareceres favoráveis dos diversos órgãos técnicos que o examinaram (D.C. 1-5, pág. 3394).

Publicado o parecer da Comissão de Finanças que opina pelo arquivamento do memorial da União Nacional dos Servidores Civis do Brasil referente ao projeto de lei que concedeu abono de emergência ao pessoal civil da União (D.C. 1-5, pág. 3397).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que aplica ao pessoal de obras o regime jurídico aplicável aos extranumerários ou aos trabalhadores das empresas privadas (D.C. 1-5, pág. 3402).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento do abono de emergência e salário-família aos servidores das Secretarias do Congresso Nacional (D.C. 30-4, pág. 3352).

Publicada a redação final do projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de aposentados do Território do Rio Branco (D.C. 30-4, pág. 3352).

PETROBRÁS

No Senado Federal

Prosseguiu a discussão do projeto de lei que dispõe sobre a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. Apresentada mais uma emenda. Aprovada a audiência das Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Economia e de Finanças para as emendas apresentadas (D.C. 28-4, pág. 3242).

PLANO SALTE

No Senado Federal

Lido na hora do expediente o projeto de lei que altera o Plano SALTE e dispõe sobre a sua execução (D.C. 1-5, pág. 3418).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

De acordo com o parecer do relator, foi rejeitado na Comissão de Legislação Social o projeto de lei que estabelece igualdade entre a contribuição dos empregadores, empregados e da União, aos Institutos de Aposentadoria e Pensões (D.C. 28-4, pág. 3201).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que concede pensão especial à viúva de Osório de Cândido Nogueira (D.C. 28-4, pág. 3215).

Na sessão de 27 de abril foram aprovados os seguintes projetos: em primeira discussão, o que concede pensão especial ao Dr. Mário Pinto Serva, como prêmio de seus esforços pela alfabetização e educação do povo brasileiro; em segunda discussão, o que concede pensão vitalícia à viúva do coletor federal Alberto Henrique de Abreu (D.C. 28-4, págs. 3227 e 3228). A redação final do último projeto foi a imprimir (D.C. 1-5, pág. 3398).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede pensão mensal à viúva e filho menor do guarda-civil Augusto César Araújo de Oliveira, falecido em consequência de agressão (D.C. 29-4, pág. 3267).

Vai a imprimir com pareceres o projeto de lei que fixa o juro máximo de 6% para os empréstimos imobiliários dos IAP e IPASE, dilata o prazo dos empréstimos até 30 anos e dá outras providências (D.C. 30-4, pág. 3336).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede pensão especial à viúva do ex-coletor aposentado Cornélio Brantes Filho (D.C. 1-5, página 3384).

Aprovadas as redações finais dos projetos de lei que concedem pensões especiais a: viúva do ex-parlamentar José de Barros Fernandes Lima; viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá; viúva e filhos menores do ex-artífice Joaquim Barbosa de Oliveira; e viúva do contramestre Gustavo Francisco Leite (D.C. 1-5, pág. 3406). Também foi aprovada a redação final do projeto de lei que concede crédito especial para pagamento de indenização ao ex-maquinista Adriano Rodrigues Pinto.

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei que concede pensão especial à viúva e filha do professor João Carlos Teixeira Brandão (D.C. 29-4, pág. 3290).

Lido na hora do expediente da sessão de 30 de abril o projeto de lei da Câmara que dispõe sobre o pagamento do auxílio-enfermidade nas instituições de providência social (D.C. 1-5, pág. 3418).

SAÚDE PÚBLICA

No Senado Federal

Aprovada a redação final do projeto de decreto legislativo que determina o registro pelo T.C., do contrato celebrado entre o M.E.S. e o Governo do Estado da Bahia para intensificação da assistência psiquiátrica naquele Estado (D.C. 29-4, pág. 3295).

SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Prosseguiu na sessão de 27 de abril a primeira discussão do projeto de lei que reforma o Sistema Bancário Nacional (D.C. 28-4, pág. 3222).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

Rejeitados, em segunda discussão, os projetos de lei que: autoriza a instalação de estações radiotelegráficas em diversos municípios de Mato Grosso; e estabelece mais uma Agência Postal Telegráfica em Aquidabã, Sergipe, (D.C. 28-4, pág. 3228).

Aprovado em segunda discussão e enviado à Comissão de Redação o projeto de lei que dispõe sobre a comissão a ser paga aos particulares pela venda de selos e outras fórmulas de franquimento postal (D.C. 28-4, página 3231).

Em virtude de emenda, volta às Comissões técnicas o projeto de lei que autoriza a ampliação da concessão dada a The Western Telegraph Company Ltd. no sentido de explorar o seu serviço telegráfico em João Pessoa, Paraíba (D.C. 28-4, pág. 3233).

Com pareceres das Comissões Técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a estabelecer requisitos para instalação a bordo das aeronaves nacionais, e à operação dessas instalações, na conformidade do disposto nas convenções e regulamentos internacionais aplicáveis à matéria (D.C. 29-4, pág. 3264).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que altera o artigo 63, Título II, Serviço Telegráfico Exterior, da Lei n.º 498, de 28-11-48 (D.C. 29-4, pág. 3269). Essa redação foi aprovada na sessão de 29-4 (D.C. 30-4, página 3342).

O deputado Fernando Ferrari apresentou projeto de lei que abre crédito especial destinado a cobrir despesas com a construção de prédios dos Correios e Telégrafos nas sedes de Municípios gaúchos que especifica (D.C. 29-4, pág. 3270).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emenda, volta à Comissão de Economia o projeto de lei que modifica o artigo 19, do Código de Caça e Pesca (D.C. 28-4, pág. 3227).

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que institui o Fundo Partidário, regula a sua distribuição e dá outras providências (D.C. 28-4, pág. 3233).

Debatido em primeira discussão o projeto de resolução que dispõe sobre o uso dos livros da Biblioteca pelo Deputado (D.C. 28-4, pág. 3234).

Em votação, que foi adiada, o projeto de resolução que dispõe sobre o uso de livros da Biblioteca pelo Deputado (D.C. 29-4, pág. 3279).

Com pareceres favoráveis das Comissões, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza a emissão de selo comemorativo da fundação da cidade de Rio Prêto, SP (D.C. 29-4, pág. 3267).

Publicada a redação final do projeto de lei que estende aos partidos políticos, legalmente registrados, o disposto no art. 51, da Lei n.º 498, de 18-11-48 (D.C. 29-4, página 3269). Essa redação foi aprovada na sessão de 29 de abril (D.C. 30-4, pág. 3342).

Publicada também a redação final do projeto de resolução que dispõe sobre a construção de um mausoléu em homenagem ao ex-deputado José Monteiro Soares Filho (D.C. 29-4, pág. 3270). Essa redação final foi aprovada na sessão de 29 de abril (D.C. 30-4, pág. 3342).

De iniciativa do Poder Executivo, chega ao Congresso o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a realização, nesta capital, da Conferência Mundial de Energia (D.C. 3-4, página 3338).

O deputado Vasconcelos Costa apresentou projeto de lei que dispõe sobre a venda, em leilão, de bens da União, das Autarquias e entidades pertencentes ao Patrimônio Nacional (D.C. 30-4, pág. 3340).

No Senado Federal

Publicado o parecer da Comissão Diretora ao projeto de resolução que altera a redação do artigo 36 do Regimento Interno do Senado, aumentando o número de membros da comissão (D.C. 30-4, pág. 3352).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para o trato de interesses particulares ao deputado Pedroso Júnior (D.C. 28-4, pág. 3221).

Chega à Câmara ofício do Ministro da Agricultura, comunicando que comparecerá para prestar os esclarecimentos pedidos no dia 6 de maio, às 15 horas (D.C. 28-4, pág. 3223).

Lido na hora do expediente o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Joel Presídio (D.C. 29-4, pág. 3269).

Publicado o requerimento que solicita a designação de uma comissão de inquérito para examinar a situação do Lóide Brasileiro (D.C. 29-4, pág. 3269). Esse requerimento foi a imprimir (D.C. 30-4, pág. 3339). Promulgada a resolução em virtude do número de assinaturas (D.C. 1-5, pág. 3375).

Divulgado no Diário do Congresso de 30 de abril o relatório da Comissão de Inquérito sobre as atividades da C.C.P. (D.C. 30-4, pág. 3311).

Foi a imprimir o requerimento subscrito por diversos deputados que solicitam a designação de uma comissão parlamentar de inquérito para apuração de fatos relacionados com bens pertencentes ao Patrimônio Nacional (D.C. 1-5, pág. 3401).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Falaram na sessão de 27 de abril os seguintes senhores deputados: Armando Falcão sobre a propalada reforma ministerial; Manuel Ribas sobre despacho do Presidente

da República em processo que trata do pagamento de abono de emergência aos ferroviários; Muniz Falcão para ler entrevista do Sr. Ademar de Barros; Epílogo de Campos para comunicar a instalação da I Conferência de Aguardente do Brasil; Vieira Lins sobre pagamento de abono aos ferroviários; Benjamin Farah para um apêlo ao Senado no sentido de ter andamento o projeto que cria o Serviço Social Rural; Frota Aguiar para ler telegrama do Presidente da União da Classe de Produtores de Bago de Mamona; Celso Peçanha para protestar contra o fechamento do pôsto de pronto socorro do IAPETC, em Niterói; Medeiros Neto sobre decisão do Superintendente da C.V.S.F. que determinou a instalação de três residências para assistência e fomento da produção em toda a área tributária de São Francisco; Galeno Paranhos sobre demora na concessão de licença para a importação de avião destinado ao Governo de Goiás; Bias Fortes que leu telegrama de personalidades de Barbacena a propósito da anunciada mudança da Escola Preparatória de Cadetes dessa cidade mineira para Belo Horizonte; Pereira da Silva sobre a atuação da delegação brasileira à Conferência Econômica para a América Latina, realizada em Quitandinha; Brígido Tinoco sobre problemas de pessoal da Leopoldina; Rui Santos a respeito de política regional; José Guimarães sobre projeto, de sua autoria, de extinção do expediente aos sábados; Fernando Ferrari para reclamar resposta a requerimento de informações; Nelson Carneiro sobre o discurso do Sr. Francisco Campos, as declarações do Ministro Negrão de Lima, e a visita do Presidente da República a Volta Redonda no dia 1 de maio; Parailio Borge para falar sobre a situação da estrada estratégica de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu; Celso Peçanha sobre andamento de projeto que concede crédito especial ao IBGE; Armano Falcão para ler memorial de ferroviários da R.V. Cearense e artigo do jornalista Matias Júnior sobre o pôrto de Antonina; e Medeiros Neto para ler entrevista concedida ao "Diário de Notícias", de apoio a projeto de sua autoria. Os deputados Saulo Ramos, Manoel Novais e Raimundo Padilha proferiram discursos que serão publicados depois.

Na sessão noturna de 27 de abril falaram os senhores deputados: Frota Aguiar e Tenório Cavalcanti na discussão do projeto de lei que assegura prisão especial aos servidores da polícia civil, João Agripino, Aliomar Baleeiro e Daniel Faraco pronunciaram discursos que serão publicados depois.

Usaram da palavra na sessão de 28 de abril os seguintes senhores deputados: Galeno Paranhos sobre manutenção de bovinos no Brasil Central; Orlando Dantas para ler memoriais de ferroviários da Leste Brasileira e das espôsas de sargentos presos por atividades subversivas; Celso Peçanha para diversos assuntos; Vasconcelos Costa justificando requerimento de sua autoria, já apresentado; Maurício Joppert sobre projeto de sua autoria sobre férias de pessoal da estiva; Benjamin Farah para falar sobre a COFAP; Frota Aguiar sobre o contrato da Companhia Telefônica; José Guimarães sobre demissões de médicos na Bahia; Epílogo de Campos sobre reforestamento do solo brasileiro; Pereira da Silva a propósito dos socorros às vítimas das enchentes do Rio Amazonas; Arruda Câmara sobre política de São Paulo, especialmente relacionada com a eleição do prefeito da Capital Paulista; Nelson Carneiro no mesmo sentido; Oscar Carneiro, na discussão do projeto de lei, para falar sobre o fechamento de ambulatório do IAPETC em Niterói; Celso Peçanha sobre o projeto que concede auxílio para a realização de Congresso de Ortopedia e Traumatologia; Hermes de Souza sobre hospital do IAPETC em Pôrto Alegre; Tenório Cavalcanti sobre administração do IAPETC; Rui Santos sobre uso de livros da Biblioteca por parte dos deputados; Fernando Ferrari sobre o mesmo assunto; Coelho de Souza no mesmo sentido; Fernando Ferrari para uma questão de ordem; Joel Presídio sobre reajustamento de salários do pessoal da empresa de Navegação Baiana; Maurício Joppert sobre o problema ferroviário; e Tenório Cavalcanti sobre o projeto de aumento de salários dos médicos. Os deputados Roberto Morena e Dolor de Andrade proferiram discursos que serão publicados depois.

Falaram, na sessão de 29 de abril, os seguintes senhores deputados: Negreiros Falcão sobre projeto de encampação da R.F. de Nazaré, Bahia, e reabertura de agências postais no Nordeste; Adahil Barreto sobre verba do Instituto Nacional do Livro; Carmelo D'Agostino sobre telegrama do prefeito de Tupã, em que solicita conclusão das obras do prédio dos Correios e Telégrafos; Vasconcelos Costa sobre pagamento de abono de emergência a diversas categorias de servidores; Epílogo de Campos sobre as enchentes do Rio Amazonas; Menotti del' Picchia sobre congresso de intelectuais em realização no Chile; Frota Aguiar sobre violências da polícia no sertão carioca; Benjamin Farah sobre abono a pessoal do IAPETC; Breno da Silveira sobre projeto de sua autoria; Henriquê Pagnoncelli para ler apêlo da população de Erechim, que deseja a instalação de uma guarnição militar federal; Fernando Ferrari e Flores da Cunha para questões de ordem; João Agripino na discussão de projeto de lei sobre créditos orçamentários destinados ao Polígono das Sêcas; Henrique Cabal saudando o Ministro Teodoro Alvarado Garaicoa, do Equador; êste, em agradecimento; Leite Neto sobre o projeto acima referido; Tenório Cavalcanti no mesmo sentido; Tristão da Cunha sobre política de contrôle da produção; Frota Aguiar sobre o inquérito da C.C.P.; Lima Figueiredo sobre o recente campeonato sul-americano de atletismo e a criação do Serviço Civil Obrigatório; e Tenório Cavalcanti sobre declarações do vereador Raimundo de Magalhães. Roberto Morena, Alberto Deodato e, ainda, Roberto Morena proferiram discursos que serão publicados depois.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 30 de abril, os seguintes senhores deputados: Herbert de Castro para falar sobre o problema das sêcas; Medeiros Neto sobre a constituição da Comissão Incorporadora do Banco do Nordeste; Vasconcelos Costa, problemas agrícolas a cargo do M.A.; Celso Peçanha pagamento de abono de emergência no M.A.; Brígido Tinoco exigência de exame médico no IAPETC; Pereira da Silva a respeito das enchentes do Rio Amazonas; Benjamin Farah sobre matrículas na Escola de Medicina e Cirurgia; Adolfo Gentil sobre débito do Banco do Comércio à Caixa de Mobilização Bancária; Aliomar Baleeiro para justificar requerimento de sua autoria de convocação do Ministro da Fazenda; José Augusto e Oscar Carneiro na discussão de projeto de lei que dispõe sobre a aplicação de créditos orçamentários destinados ao Polígono das Sêcas; Vasconcelos Costa sobre créditos abertos para indenizações por enchentes ocorridas o ano passado em Minas Gerais; Breno da Silveira sobre o Dia do Trabalho; Tenório Cavalcanti sobre irregularidades no D.N.E.R., ocasião em que apresentou requerimento de informações; Felix Valois sobre fatos ligados à administração do Território do Rio Branco; Dolor de Andrade sobre a situação econômica de Mato Grosso; e João Cabanas a respeito de noticiário da imprensa relacionado com a sua primeira posse. Os deputados Jarbas Maranhão, Roberto Morena, Alencar Araripe e Fernando Ferrari pronunciaram discursos que serão publicados depois.

No Senado Federal

Falaram, na sessão de 27 de abril, os seguintes senhores senadores: Aloysio de Carvalho para uma questão de ordem; Álvaro Adolfo no mesmo sentido; Assis Chateaubriand na discussão do projeto sobre o petróleo nacional; Gomes de Oliveira sobre o mesmo assunto, bem como o senador Othon Mader; Attilio Vivacqua para entregar à Mesa discurso sobre o acôrdo de assistência militar entre o Brasil e Estados Unidos, que deixou de proferir por falta de tempo. Publicado o discurso proferido pelo senador Carlos Lindenberg na sessão de 24 de abril sobre a exploração do petróleo brasileiro e o acôrdo militar Brasil-Estados Unidos (DC. 28-4, págs. 3242-52).

Na sessão de 28 de abril falaram os seguintes senhores senadores: Landulfo Alves para novo discurso em defesa do monopólio estatal do petróleo; Domingos Velasco na discussão de requerimento de urgência para o projeto de decreto legislativo que aprova o acôrdo Militar Brasil-Estados Unidos; Ismar de Gois, Álvaro Adolfo, Hamilton

Nogueira e Kerginaldo Cavalcanti sobre o mesmo assunto. Em declarações de voto, sobre o mesmo assunto, falaram Aloísio de Carvalho, Vitorino Freire, Camilo Mercio, Atilio Vivacqua, Ferreira de Souza, Gomes de Oliveira, Onofre Gomes e Valdemar Pedrosa. Os senadores Ismar de Gois e Assis Chateaubriand pronunciaram discursos que serão publicados depois.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 29 de abril, os seguintes senhores senadores: Apolônio Sales e Aloísio de Carvalho em questões de ordem relacionadas com a inscrição de oradores; Novais Filho saudando o chanceler Theodoro Alvarado Guaraiçoa; o chanceler Guaraiçoa agradecendo; Landulpho Alves sobre o problema do petróleo brasileiro; Aloísio Alves, Álvaro Adolfo, Ferreira de Souza e Assis Chateaubriand na discussão do projeto de decreto legislativo que aprova o acordo de assistência militar Brasil-Estados Unidos. Na sessão noturna desse mesmo dia, falaram: Ismar de Gois sobre o problema de assistência aos nordestinos; Domingos Velasco, Aloísio de Carvalho e Kerginaldo Cavalcanti na discussão deste último projeto de decreto legislativo.

Falaram, na sessão de 30 de abril, os seguintes senhores senadores: Vivaldo Lima para necrológio do Dr. Lino Leal de Sá Pereira; Novais Filho para comentar e proporcionar a inclusão nos anais de artigo publicado no "Jornal do Comércio" sobre a criação de cargos no Instituto Joaquim Nabuco; João Vilasboas, Bernardes Filho, Vitorino Freire, Alberto Pasqualini, Ferreira de Souza, Onofre Gomes, Ismar de Gois, Álvaro Adolfo, Domingos Velasco, Atilio Vivacqua, Aloísio de Carvalho, Gomes de Oliveira, e Kerginaldo Cavalcanti na discussão do projeto de decreto legislativo que aprova o acordo de assistência militar entre o Brasil e os Estados Unidos, Vivaldo Lima sobre o momento político nacional e a situação econômica do país; Domingos Velasco sobre o Dia do Trabalho; e Atilio Vivacqua sobre o pagamento de auxílios nos IAP. Publicado o discurso proferido pelo senador Ismar de Gois na sessão de 28 de abril sobre política nacional.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Artur Santos, sobre a existência de contrato com firma ou empresa especializada para construção do Pôrto de Antonina, Paraná; Lúcio Bitencourt, sobre concessão de licenças para importação de antibióticos e medicamentos em geral, entrados no Brasil em 1952, e sobre cotas distribuídas aos Estados para essas importações; Armando Falcão sobre pagamento pelo IAPC de 40% sobre os respectivos salários aos que trabalham com Raios X, Heitor Beltrão sobre montantes, em cruzeiros, do Fundo Sindical, recolhidos, e sobre retiradas ocorridas; Ubirajara Keutenedjian sobre a situação da dívida da União para com os IAP e as CAP; Adolfo Gentil sobre expedição de licenças de importação com cobertura pelo mercado livre de câmbio; Valter Sá sobre os financiamentos realizados pelo INS aos produtores de sal e sobre as cotas de produção reservadas aos Estados; e Rui Almeida sobre as atividades subversivas do almirante Pena Botto.

Lidas na hora do expediente da sessão de 28 de abril as seguintes respostas a pedidos de informações: do Ministério da Fazenda, sobre majoração de preços de passagens internacionais marítimas e aéreas; do mesmo Ministério sobre o empréstimo de 300.000.000 de dólares ao Brasil; ainda do mesmo Ministério sobre câmbio negro de moedas; ainda do mesmo Ministério sobre a instalação do Banco do Nordeste; do Ministério das Relações Exteriores, transmitindo relatório do professor Richard Klar sobre problemas da industrialização brasileira; do mesmo Ministério sobre visita do Presidente do Peru ao Brasil; do Ministério da Agricultura sobre instalação de ambulatórios para pescadores nas cidades de Pôrto Alegre, Rio Grande e Tramandaí; do mesmo Ministério sobre compra, pela COFAP, de novilhas de raça holandesa de criação argentina; do

mesmo Ministério sobre projeto de lei que abre crédito especial para Postos Agropecuários e de Sementes subordinados à S.F.A., RS; e da FARESP e CIESP para apoiar projeto de lei que isenta o açúcar em tablete do pagamento do imposto de consumo.

Recebidas as seguintes informações: da Presidência da República sobre concessão de empréstimo a Minas Gerais; do Ministério da Fazenda sobre compra e estocagem de Café pela Comissão de Fomento da Produção; do mesmo Ministério, sobre projeto que concede isenções de direitos a agricultores alagoanos; do mesmo Ministério a respeito de pagamento efetuado a Sociedade Continental Industrial e Engenharia Ltda.; ainda do mesmo Ministério sobre projeto de lei de divisão em lotes de terras da União em Sergipe (D.C. 20-4, pág. 3316).

Deferidos, na sessão de 30 de abril, os seguintes requerimentos dos deputados: Breno da Silveira, sobre cobrança do imposto de renda em todo o território nacional; Frota Aguiar, sobre preferência dada na compra da banha norte-americana ao preço de Cr\$ 9,90 em dólares, em vez de adquirir a holandesa por Cr\$ 7,50 CIF-Rio; Vieira Lins, sobre casas construídas pela F.C.P. no Paraná em 1951-52 e o perdão pela referida Fundação da dívida de quinze milhões de cruzeiros ao mesmo Estado, mediante acordo; Muniz Falcão, sobre a Colônia de Pescadores de Alagoas; do mesmo sobre execução de julgado do T.F.R.; Fernando Ferrari, sobre pagamento de repouso remunerado, nos anos de 1949-50; a servidores da 5.ª Zona Aérea; Joaquim Ramos sobre construção do traçado da BR-36 e em que trecho está sendo aplicada a dotação consignada ao D.N.E.R.; Vasconcelos Costa sobre a receita arrecadada e aplicada em Minas Gerais por vários IAP; Manhães Barreto sobre despesas com a instalação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outras despesas; Maurício Joppert sobre cancelamento da apólice de seguro de bens da E.F. Leopoldina e bem assim sobre o prejuízo sofrido com o incêndio do Armazém n.º 2 da Praia Formosa; Fernando Ferrari sobre candidatos admitidos por portaria do diretor do D.C.T.; Manhães Barreto sobre despesa total realizada pela C.M.B.E.U. nos três primeiros meses de atividade e outras informações; Muniz Falcão sobre empréstimo de trezentos milhões de dólares pelo Eximbank ao Brasil; Aliomar Baleeiro sobre convocação do ministro da Fazenda para prestar informações sobre diversos assuntos.

No Senado Federal

Em resposta a requerimento do senador Alencato Guimarães, o Ministro da Fazenda presta esclarecimentos sobre apreensão de mercadorias contrabandeadas (D.C. 28-4, pág. 3238).

Resumo das atividades do Congresso Nacional, na semana de 4 a 9 de maio, elaborado pela Seção de Documentação do D.A.S.P.

VETO PRESIDENCIAL

No Congresso Nacional

Chega ao Senado, e é lida na hora do expediente, a mensagem do Presidente da República sobre o veto parcial ao projeto de lei que fixa no quinquênio 1951-56 a divisão administrativa e judiciária do Território do Acre (D.C. 8-5, pág. 3686).

ABONO NO PODER JUDICIÁRIO

Na Câmara dos Deputados

Foi a imprimir à redação final do projeto de lei que estende dispositivos da Lei n.º 1.765, de 18-12-52, aos servidores dos Tribunais Federais, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aos das Varas dos Juízos de Menores

e Acidentes do Trabalho e Júri dos Crimes Contra e Economia Popular, no Distrito Federal, e aos serventuários da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios Federais, e dá outras providências (D.C. 7-5, pág. 3616). A redação final foi aprovada na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3730).

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Na Câmara dos Deputados

A Comissão de Finanças solicitou a audiência da Comissão de Justiça para o projeto de lei que destaca a importância de cinquenta milhões de cruzeiros para constituir um fundo especial para ser aplicado na assistência à pecuária e pesca da Amazônia (D.C. 7-5, pág. 3622).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial destinado a atender financiamento de uma rede nacional de matadouros industriais nas zonas produtoras (D.C. 9-5, pág. 3745).

No Senado Federal

Em discussão única, foi aprovado com emendas o projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo por processo de devolução (D.C. 5-5, página 3483).

Aprovada na Comissão de Constituição e Justiça a constitucionalidade do projeto de lei do Senado que estabelece disposições para a criação de sociedades destinadas ao financiamento de indústrias básicas e outras (D.C. 7-5, pág. 3636).

Foram a imprimir os pareceres ao projeto de lei que disciplina a organização e o funcionamento de sociedades anônimas com o objetivo de financiar empresas industriais (D.C. 8-5, pág. 3687).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Justiça que estende aos pecuaristas da zona assolada pelas secas os favores da Lei n.º 1.728, de 1952 (D.C. 9-5, pág. 3772).

AUTONOMIA MUNICIPAL

Na Câmara dos Deputados

Vai a imprimir o projeto de lei que concede autonomia ao Município de Manaus (D.C. 6-5, pág. 3550). O mesmo ocorreu com o projeto de lei referente ao município de Guarulhos, São Paulo (D.C. 9-5, pág. 3739).

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que abre o crédito especial para regularização dos auxílios no orçamento de 1952, à E.F. Leopoldina (D.C. 5-5, página 3460).

Vai a imprimir para segunda discussão o projeto de lei que concede auxílio para a realização de Congressos de Ortopedia e Traumatologia (D.C. 5-5, pág. 3471).

Entra em votação o projeto de lei que concede auxílio para início da construção do Museu de Arte Moderna do Rio (D.C. 6-5, pág. 3537).

Voltou às Comissões, em virtude de emendas, o projeto de lei que concede auxílio para socorrer as populações atingidas pela enchente do Rio Amazonas (D.C. 6-5, pág. 3536).

Aprovada a audiência da Comissão de Educação e Cultura para o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado a cobrir o "deficit" orçamentário da Fundação Abrigo Cristo Redentor (D.C. 6-5, página 3573).

Aprovado o arquivamento do Aviso do M.E.S. em que é solicitada a concessão de subvenções, em caráter extraordinário, a várias instituições do país (D.C. 6-5, pág. 3577).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que abre crédito especial para pagamento de subvenção devida ao Instituto Eletrotécnico de Itajubá (D.C. 6-5, pág. 3580). Em virtude de emenda apresentada na segunda discussão, o projeto voltou à C.F. (D.C. 9-5, página 3752).

Recebidas as informações do Ministério da Viação sobre projeto de lei que abre crédito especial para socorrer as vítimas das inundações do Rio São Francisco; idem de auxílio à municipalidade de Pirapora para reparação dos prejuízos causados pela enchente do Rio São Francisco (D.C. 7-5, pág. 3611).

A requerimento da Comissão de Finanças, vai à Comissão de Saúde Pública o projeto de lei, com emendas do Senado, que concede auxílio ao Instituto Butantã, para incentivação do combate à lepra (D.C. 7-5, pág. 3623).

Em segunda e primeira discussão, foram aprovados, respectivamente, os seguintes projetos de lei: concede auxílio para atender às despesas com Congressos de Ortopedia e Traumatologia; e, com emendas, concede auxílio para início da construção do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (D.C. 7-5, págs. 3623 e 3624). Na sessão de 8 de maio foi aprovada ainda uma emenda a este projeto (D.C. 9-5, pág. 3730).

Publicado para estudos, na Comissão de Educação, o relatório ao projeto de lei que dispõe sobre subvenção às associações rurais (D.C. 8-5, pág. 3657).

Recebidas as informações do M.E.S. ao projeto de lei que concede auxílio para socorrer as vítimas da enchente verificada em Minas Gerais (D.C. 8-5, pág. 3662).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede auxílio à Associação Rural de Lagoa Vermelha, RS, para realização de Exposição Apropetuarária (D.C. 8-5, pág. 3669).

Os deputados Saulo Ramos e Sílvio Echenique apresentaram projetos de lei que concedem auxílios, respectivamente: para atender a despesas com a 1.ª Exposição Agro-Avícola de Canoinhas, Santa Catarina; e para a instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Rio Grande do Sul (D.C. 8-5, pág. 3675).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que concede auxílio à "Associação Espírita Caminho da Verdade" e ao "Centro Espírita Luz e Verdade" (D.C. 9-5, pág. 3720).

No Senado Federal

Concedida urgência para o projeto de lei que concede auxílio para as vítimas do arrombamento do açude público da cidade de Triunfo, Pernambuco (D.C. 5-5, pág. 3483). Aprovado na sessão de 6 de maio o substitutivo da Comissão de Finanças (D.C. 7-5, pág. 3645). A redação final foi aprovada na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, página 3778).

Chega ao Senado o projeto de lei que concede auxílio para atender às despesas com a realização da III Conferência Nortista de Tisiologia (D.C. 8-5, pág. 3686).

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei que concede auxílio para a reconstrução e reparos da Catedral de Belém, Pará (D.C. 9-5, pág. 3776).

CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

Na Câmara dos Deputados

Aprovado em primeira discussão o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender às despesas com a elaboração do plano de classificação dos car-

gos do Serviço Público Federal. Em virtude de não haver recebido emendas, o projeto já se encontra na ordem do dia para segunda discussão (D.C. 5-5, pág. 3574). Em segunda discussão, foi o projeto rejeitado e enviado ao arquivo. Falaram na sessão noturna de 8 de maio, contra a concessão do crédito: Rui Santos, Lopo Coelho, Ernani Sátiro e Nestor Jost; a favor, Carlos Luz e Macedo Soares este apartando (D.C. 9-5, pág. 3759).

CONTRATOS PÚBLICOS

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as informações do Ministério da Fazenda ao projeto que mantém decisão do T.C. contrária a registro de contrato entre o M.V.O.P. e a Superintendência das Empresas Incorporadas, para instalação de TV na Capital da República (D.C. 5-5, pág. 3448).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos: mantém decisão do T.C. que recusou registro ao ajuste celebrado entre o D.C.T. e Álvaro Leite de Oliveira, para levantamento topográfico de terreno em Adrianópolis; e mantém a decisão do T.C. que recusou registro ao contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a firma Lino Amorim Limitada, para fornecimentos (D.C. 6-5, pág. 3577). Esses projetos foram aprovados em segunda discussão na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3762).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que aprova contrato celebrado entre o M.Ae. e Luiz Valente Boffi, para desempenhar a função de Professor-Associado de Eletrônica Aplicada (D.C. 7-5, pág. 3616). Aprovada a redação final (D.C. 9-5, pág. 3730).

No Senado Federal

Em discussão única, são aprovados os seguintes projetos de decreto legislativo: em redação final, aprova o contrato celebrado entre o M.M. e Giovanini Grassi para desempenhar as funções de técnico em ótica; mantém a decisão do T.C. denegatória ao contrato celebrado entre o M.E.S. e a firma Genésio Gouveia S.A.; idem ao contrato entre o Serviço do Patrimônio Nacional e a firma Edson de Alencar Cabral; aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Francisco de Sá Sobrinho e sua mulher; aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Ricardo Gizzatti e sua mulher; e, em redação final, aprova o contrato entre o D.O. do D.A. do M.E.S. e a firma Empresa Brasileira de Construções S.A. (D.C. 7-5, pág. 3648).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: mantém a decisão do T.C. que negou registro ao acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Paraná, para instalação de uma escola de iniciação agrícola; aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e Joseph Kovacs para Desenhista Técnico; idem com Stefan von Bathory para Técnico Especializado em motores; e mantém decisão do T.C. que negou registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o D.I.N. e a I.B.M., para locação dos serviços de máquinas elétricas de contabilidade (D.C. 8-5, pág. 3687).

Publicados os pareceres ao projeto de decreto legislativo que aprova o contrato celebrado entre o M.J.N.I. e a União Cinematográfica Brasileira (D.C. 8-5, página 3689).

Foram a imprimir os pareceres aos seguintes projetos de decretos legislativos: aprova o contrato celebrado entre o M.A. e Jonas Machado Costa para exercer a função de Entomologista no Instituto Agrônomo do Leste; e aprova o contrato celebrado entre o M.Ae. e Floriano dos Santos Lima (D.C. 9-5, pág. 3772).

Em discussão única, foi aprovado o projeto de decreto legislativo que mantém a decisão do T.C. contrária ao registro do contrato celebrado entre o M.A. e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda. (D.C. 9-5, pág. 3778).

DIPLOMACIA

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que estende por acordo as prerrogativas de isenção aduaneira aos funcionários estrangeiros (D.C. 5-5, pág. 3460).

No Senado Federal

Foram a imprimir os pareceres ao projeto de decreto legislativo que aprova o texto da Convenção elaborada pelo I Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México (D.C. 8-5, pág. 3688).

DOAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

O deputado Jarbas Maranhão apresentou projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade do depósito no Tesouro Nacional, pela Academia Brasileira de Letras, da quantia que especifica, em substituição ao encargo imposto pela doação autorizada no Decreto-lei n.º 7.174, de 19-12-44 (D.C. 6-5, pág. 3530).

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza doação, à Prefeitura Municipal de Gaspar, Santa Catarina, de um imóvel pertencente ao domínio da União (D.C. 6-5, pág. 3559).

O deputado Agrippa Faria apresentou projeto de lei que autoriza a doar, ao Município de Guarimir, Santa Catarina, o imóvel pertencente à Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina (D.C. 7-5, pág. 3618).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Corumbá, Goiás (D.C. 6-5, pág. 3579). Este projeto foi aprovado em segunda discussão na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3758).

EDUCAÇÃO E CULTURA

Na Câmara dos Deputados

Com parecer pela inconstitucionalidade foi a imprimir o projeto de lei que institui o amparo financeiro da União ao ensino particular de grau médio (D.C. 5-5, pág. 3450).

Aprovada a redação final do projeto de lei que dispõe sobre a realização dos exames de suficiência ao exercício do magistério nos cursos secundários (D.C. 5-5, página 3460).

Em primeira discussão, foi rejeitado o projeto de lei que concede aos diplomados pelo curso de técnicos em contabilidade, para os efeitos do exercício profissional, as prerrogativas asseguradas por lei aos contadores (D.C. 6-5, pág. 3579).

Apresentados os seguintes projetos de lei: concede verba especial ao I.N. do Livro para editar as obras completas de Euclides da Cunha; e concede passe-livre aos professores em viagem de serviço (D.C. 7-5, pág. 3617).

Em discussão única, foram aprovadas as emendas do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre as finalidades do ensino do Serviço Social, sua estrutura e as prerrogativas dos portadores de diplomas de assistentes sociais e agentes sociais (D.C. 9-5, pág. 3757). O projeto sobre o mesmo assunto e em segunda discussão foi rejeitado (D.C. 9-5, pág. 3764).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que cria a cadeira de "Etnografia brasileira e língua tupi" nas Faculdades de Filosofia e Letras do país (D.C. 9-5, pág. 3763).

No Senado Federal

Encerrada a discussão única do projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito (D.C. 5-5, pág. 3488). Aprovado na sessão de 5 de maio (D.C. 6-5, pág. 3595).

Debatido em discussão única o projeto de lei que concede dispensa aos professores universitários das suas funções de magistério, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens, quando no exercício do cargo de diretor de seus institutos universitários (D.C. 6-5, pág. 3595).

Em discussão única, foi apreciado o projeto de lei que reconhece diploma de Arquiteto expedido pela Escola de Belas Artes da Bahia, antes da vigência do Decreto-lei n.º 421, de 11-5-38 (D.C. 6-5, pág. 3598). Aprovado na sessão de 6 de maio (D.C. 7-5, pág. 3648).

Aprovada a redação final da emenda do Senado ao projeto de lei da Câmara que institui no M.E.S. prêmios Nacionais de Literatura, Ciência e Cultura (D.C. 7-5, pág. 3648).

FINANÇAS E ORÇAMENTO

Na Câmara dos Deputados

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial em reforço à Verba 3-V-63-26 do Anexo 21 da Lei n.º 1.487, de 6-12-51 (D.C. 5-5, pág. 3453).

Aprovada a redação final do projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar para atender ao pagamento de despesas com luz e força da E.F. Central do Piauí (D.C. 5-5, pág. 3460).

Encerrada a discussão do projeto de lei que dispõe sobre os créditos orçamentários destinados à defesa contra as secas do Nordeste. Em virtude de emendas, voltou às Comissões de Constituição e Justiça, do Polígono das Secas e de Finanças (D.C. 5-5, pág. 3472).

Concedida a urgência requerida pela Comissão de Finanças para o projeto de lei que objetiva retificação da lei orçamentária do corrente exercício (D.C. 6-5, página 3536).

Foram a imprimir os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas extracontratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais na Base Aérea de Natal, RGN; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de cotas devidas aos municípios e relativas ao imposto de renda; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de ajuda de custo na Polícia Militar do D.F.; autoriza abertura de crédito suplementar ao IBGE para atender a encargos decorrentes do Recenseamento Geral do Brasil; e autoriza abertura de crédito suplementar para pagamentos a concessionários de portos (D.C. 6-5, páginas 3552-56).

Em virtude de emendas, volta às comissões o projeto de lei que retifica o Orçamento de 1953 (D.C. 6-5, página 3570).

Em primeira discussão, foi encaminhado à Comissão de Finanças o projeto de lei que abre crédito especial para atender as despesas com a manutenção da Hospedaria de Corinto e dos Postos de Recuperação em Pirapora e Monte Azul (D.C. 6-5, pág. 3570).

Aprovados os projetos de resolução que: autoriza a Câmara dos Deputados a realizar, pelo saldo da verba de subsídio, pagamento de despesa realizada em fevereiro passado; e no mesmo sentido em relação a março (D.C. 6-5, pág. 3573). Foi a imprimir a redação final do primeiro (D.C. 8-5, pág. 3674). Essa redação final foi aprovada na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3730). Em segunda discussão, foi aprovado o primeiro projeto (D.C. 9-5, pág. 3757).

Aprovada a prestação de contas da Secretaria da Câmara dos Deputados, relativa ao exercício de 1952 (D.C. 6-5, pág. 3574).

Com emenda, foi aprovado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar de reforço à verba de Material do Corpo de Bombeiros do D.F. (D.C. 6-5, pág. 3574).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: dispõe sobre a importação de tetra etilato de chumbo e dá outras providências; e autoriza abertura de crédito especial destinado a ocorrer as despesas com o transporte de emigrantes holandeses (D.C. 6-5, página 3577). O segundo projeto foi aprovado em segunda discussão (D.C. 9-5, pág. 3758).

Arquivados os ofícios dos T.F.R. e T.R.E. da Bahia solicitando abertura de créditos (D.C. 6-5, pág. 3577).

Recebidas as informações do Ministério das Relações Exteriores a respeito do projeto de lei que abre crédito especial para atender às despesas com a realização, no Brasil, do V Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina (D.C. 7-5, pág. 3612).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal e dá outras providências; e dispõe sobre os direitos a serem atribuídos ao papel celofane e às caixas de papelão, que servirem de envoltórios ou continentes ao pescado industrializado (D.C. 7-5, pág. 3614). Essas redações finais foram aprovadas na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, página 3730).

Aprovado em segunda discussão o projeto de lei que estabelece tarifas especiais para o transporte postal de sementes (D.C. 9-5, pág. 3732).

Lida na hora do expediente da sessão de 8 de maio a emenda do Senado ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito suplementar ao M.J.N.I. para diversos pagamentos (D.C. 9-5, pág. 3748).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Finanças o projeto de lei que permite, para cálculo do imposto suplementar de renda, redução do quantitativo de aluguel de casa (D.C. 9-5, pág. 3756).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de aposentados do Território do Amapá (D.C. 9-5, página 3765).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator ao projeto de lei que dispõe sobre as operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências (D.C. 7-5, pág. 3636).

Foram a imprimir os pareceres das Comissões técnicas ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de dívidas por requisições militares, feitas pela extinta Comissão Central de Requisições (D.C. 7-5, pág. 3637).

Foram a imprimir os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças ao projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para despesas diversas no Ministério da Marinha (D.C. 6-5, pág. 3590). Esse projeto foi aprovado em discussão única (D.C. 9-5, página 3776).

Chega ao Senado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de despesas decorrentes da realização no Brasil de um Seminário Internacional de Serviço Social Rural (D.C. 9-5, pág. 3771).

FÔRÇAS ARMADAS

Na Câmara dos Deputados

Em virtude de emenda de primeira discussão, volta à Comissão de Segurança o projeto de lei que dispõe sobre o aproveitamento de oficiais no Serviço de Engenharia de Marinha e regula a situação desses oficiais no Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais (D.C. 6-5, pág. 3572).

Foi a imprimir com parecer da Comissão de Segurança Nacional o projeto de lei que regula a promoção de ano dos Aspirantes da Escola Naval (D.C. 8-5, página 3669). Esse projeto foi aprovado em primeira discussão na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3757).

O deputado Benjamin Farah apresentou projeto de lei que dispõe sobre a promoção dos oficiais R2 e da segunda linha das Forças Armadas que estiveram convocados durante o período de guerra de 1942 a 1946, por tempo superior a dois anos (D.C. 9-5, pág. 3750).

No Senado Federal

Rejeitado o projeto de lei da Câmara que modifica legislação referente a promoções de Oficiais do Exército (D.C. 6-5, pág. 3594).

Chega ao Senado o projeto de lei da Câmara que regula a inatividade dos militares (D.C. 6-5, pág. 3586).

INDENIZAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial destinado a indenizar o Estado de Goiás pelos imóveis atingidos no traçado da E.F. Goiás (D.C. 6-5, pág. 3576).

No Senado Federal

Chega ao Senado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para ressarcir prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados (D.C. 9-5, pág. 3771).

ISENÇÕES E DIREITOS

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as informações do Conselho Nacional de Economia a projetos de lei que: isenta de impostos, taxas e contribuições federais, as transações realizadas entre a Sociedade Brasileira de Mineração Ltda. e a United State Corporation no aproveitamento das jazidas de manganês de Urucum; e concede isenção de direitos de importação para obras de arte importadas sem intuítos mercantis (D.C. 5-5, pág. 3448).

Aprovada a redação final do projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas para importação de um órgão destinado ao Colégio Santa Inês, em São Paulo (D.C. 5-5, pág. 3460).

Com pareceres das Comissões técnicas, foram a imprimir os projetos de lei que concedem isenções de direitos de importação para: dois transmissores adquiridos pela Rádio Globo S.A.; material importado pela Organização das Voluntárias; materiais importados pela Fundação para o Livro do Cego do Brasil; materiais destinados aos serviços portuários; e uma cidade miniatura, denominada Railwaylandia, importada da Inglaterra (D.C. 6-5, páginas 3546 a 3551).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que isenta o açúcar refinado e em tabletes do imposto de consumo (D.C. 6-5, pág. 3576). Em segunda discussão, foram aprovados os seguintes: concede isenção de imposto de consumo para casas pré-fabricadas destinadas à habitação popular; concede isenção de todos os tributos que incidem sobre materiais importados pela Secretaria da Fazenda de Goiás; e concede isenção de direito de importação à Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce (D.C. 6-5, pág. 3577).

No Senado Federal

Foram a imprimir os pareceres das Comissões Técnicas ao projeto de lei que concede isenção de impostos e taxas de importação para estampas e máquinas impressoras destinadas à Associação das Obras Pavonianas de Assistência, vindas da Itália (D.C. 7-5, pág. 3637).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Finanças a projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para materiais importados por várias organizações religiosas (D.C. 8-5, pág. 3688). No mesmo sentido em relação à Sociedade dos Padres Oblatos de Maria Imaculada (pág. 3689).

Chega ao Senado o projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para material elétrico destinado à Companhia Luz e Força S.A. do município de Marco, Ceará (D.C. 9-5, pág. 3771).

Foram a imprimir os pareceres das comissões ao projeto de lei que concede isenção de direitos de importação para duas ambulâncias importadas pela Associação de Caridade da Santa Casa do Rio Grande, RS (D.C. 9-5, pág. 3772).

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

Na Câmara dos Deputados

O deputado Rui Almeida apresentou projeto de lei que altera a redação do art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho (horário de trabalho na estiva) (D.C. 5-5, pág. 3456).

Foi a imprimir, com parecer pela inconstitucionalidade, o projeto de lei que concede permissão para trabalhar em fábricas e oficinas aos menores a partir de 12 anos de idade (D.C. 6-5, pág. 3555).

Aprovado o requerimento de designação de uma comissão especial para relatar o projeto de lei que altera o contrato de locação de serviços entre entidades esportivas e atletas (D.C. 6-5, pág. 3553).

No Senado Federal

Foram a imprimir os pareceres das Comissões técnicas ao projeto de lei que cria uma Junta de Conciliação e Julgamento com sede na cidade de Santos (D.C. 7-5, pág. 3638).

MATERIAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovada a redação final do projeto de lei que abre crédito especial para reforma e renovação dos móveis do Palácio Tiradentes (D.C. 5-5, pág. 3460).

No Senado Federal

O projeto a que se refere a nota acima foi lido no expediente da sessão de 8 de maio do Senado Federal (D.C. 9-5, pág. 3772).

ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Na Câmara dos Deputados

O deputado Plácido Olímpio apresentou projeto de lei que cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização, na cidade de Joinville, Santa Catarina, e dá outras providências (D.C. 5-5, pág. 3457).

Com pareceres das comissões técnicas, foi a imprimir o projeto de lei que modifica a Lei n.º 86, de 8-9-47, que estabelece medidas para a assistência econômica da borracha natural brasileira e a Lei n.º 1.184, de 30-8-50, que dispõe sobre o Banco de Crédito da Borracha S.A. e dá outras providências (D.C. 6-5, pág. 3499).

Aprovado na Comissão Especial de Cinema, Rádio e Teatro o parecer, com substitutivo ao projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Cinema (D.C. 7-5, página 3609).

Foi a imprimir a redação final do projeto de lei que cria no Departamento Nacional de Saúde do M.E.S. o

Serviço Nacional de Endemias Rurais e dá outras providências (D.C. 7-5, pág. 3624). Essa redação final foi aprovada na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3730).

O deputado Magalhães Pinto apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a organizar uma sociedade de economia mista para a exploração da siderúrgica pesada, em Minas Gerais (D.C. 7-5, pág. 3615).

Foi a imprimir, com pareceres, o projeto de lei que autoriza a criação de postos agropecuários em vários municípios do Rio Grande do Sul (D.C. 8-5, pág. 3662).

O deputado Benedito Vaz apresentou projeto de lei que cria coletorias federais e agências de arrecadação no Estado de Goiás (D.C. 9-5, pág. 3720).

Com pareceres das Comissões técnicas, foram a imprimir os seguintes projetos de lei: cria em Maceió, Alagoas, um entreposto frigorífico destinado à conservação dos produtos da pesca; cria uma estação experimental do sisal no Estado da Paraíba e dá outras providências; cria uma escola de iniciação agrícola em Buriti Alegre, Estado de Goiás; e autoriza o Poder Executivo a criar uma escola de iniciação agrícola no Rio Grande do Sul (D.C. 9-5, página 3741).

No Senado Federal

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça o parecer pela constitucionalidade do projeto de lei da Câmara que cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (D.C. 7-5, pág. 3636).

Em discussão única, foi aprovado e sobe à sanção, o projeto de lei que cria coletorias federais em São João de Meriti e Nilópolis, Estado do Rio (D.C. 7-5, página 3648).

Em discussão única, foram aprovados na sessão de 8 de maio os seguintes projetos de lei: denomina Adriano Jorge o Sanatório para tuberculosos construído pelo Governo Federal em Manaus; e dá ao atual aeroporto de Mossoró o nome de Aeroporto Dix-Sept Rosado (D.C. 9-5, pág. 3776).

PESSOAL

Na Câmara dos Deputados

Aprovado na Comissão de Finanças parecer contrário ao projeto de lei que estende aos funcionários civis e militares, aposentados com o título de inválidos, as vantagens da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950 (D.C. 5-5, pág. 3441).

A mesma Comissão deferiu a audiência do Ministério da Aeronáutica para o projeto de lei que assegura aos fotógrafos da Aeronáutica o direito à percepção de diária de vôo e do cômputo do tempo de serviço aéreo (D.C. 5-5, pág. 3441).

A Comissão de Serviço Público Civil rejeitou as emendas de plenário ao projeto de lei que dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas incorporadas ao Patrimônio Nacional (D.C. 5-5, pág. 3442).

Publicada a redação para segunda discussão do projeto de lei que classifica como Professor Catedrático padrão O cargos de Professor padrão M, criados pela Lei n.º 1.049, de 3-1-50, e de Professor Catedrático padrão M, criados pelas Leis ns. 924 e 1.014, respectivamente, de 21-11-49 e 24-12-49 (D.C. 5-5, pág. 3451). Esse projeto foi aprovado em segunda discussão na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3765).

O deputado Novelli Júnior apresentou projeto de lei que concede gratificação mensal aos servidores públicos em exercício nas Juntas de Alistamento Militar (D.C. 5-5, pág. 3455).

Aprovadas as redações finais dos projetos de lei que: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de salário-família a servidores da Rêde de Viação Cearense

e V.F. Federal Leste Brasileiro; e abre crédito especial ao Poder Judiciário para pagamento de gratificação adicional aos funcionários do T.R.E. do Rio Grande do Sul (D.C. 5-5, pág. 3453).

O deputado Breno da Silveira apresentou projeto de lei que dispõe sobre o aluguel dos imóveis construídos pelos Ministérios, destinados à moradia de seus servidores (D.C. 6-5, pág. 3530).

Com pareceres das comissões técnicas, foram a imprimir os seguintes projetos: estende aos funcionários civis e militares, aposentados, com o título de inválidos, as vantagens da Lei n.º 1.050-50; dispõe sobre contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, prestado por Antônio Joaquim da Costa, zelador da "Casa Rui Barbosa"; autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento da diferença de vencimentos ao professor João de Lamara São Paulo; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de função a que fêz jus o professor Aristides Rocha; autoriza abertura de crédito especial para pagamentos devidos a servidores do S.N.F.A. e S.N.M.; autoriza abertura de crédito especial para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários do M.E.S. por motivo de disponibilidade; e reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ambos do Distrito Federal (D.C. 6-5, págs. 3545 a 3560).

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para pagamento do aumento de salários dos servidores dos Serviços da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará; dá nova redação à Lei n.º 969-A, de 15-11-49, que dispõe sobre o pessoal da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana (substitutivo da C.C.J.); estende aos Auditores de 1.ª entrância e aos advogados da Justiça Militar as vantagens constantes dos arts. 1.º e 2.º da Lei n.º 21, de 15-12-47, e do art. 13 da Lei n.º 116, de 15-10-47, que dispõe respectivamente sobre os vencimentos dos magistrados do Distrito Federal e dos Territórios e os dos membros do Ministério Público Federal (substitutivo da C.F.); autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificações de representação a juizes e escrivães da C.E. de Santa Catarina (D.C. 6-5, pág. 3574). Esses projetos foram aprovados em segunda discussão na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3758).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação a Renato de Oliveira Greenhalg, desenhista, do M.V.O.P.; dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos Institutos de Ensino Superior federalizados; autoriza abertura de crédito especial para pagamento ao Dr. Francisco Eugênio Coutinho, funcionário em disponibilidade; fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal; e abre crédito especial para pagamento de gratificações de magistério (D.C. 7-5, 3613). Essas redações foram aprovadas na sessão de 8 de maio (D.C. 9-5, pág. 3730).

Iniciada a primeira discussão do projeto de lei que reajusta os vencimentos dos cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ambos do Distrito Federal. Encerrada a discussão. Volta às Comissões em virtude de emenda extensiva aos inferiores do Exército, Marinha e Aeronáutica (D.C. 7-5, pág. 3623).

Apresentados os seguintes projetos: pelo deputado Fontes Romero, que faculta aos servidores públicos o pagamento parcelado de débito de imposto de renda; e do deputado Lopo Coelho, que estende aos membros do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas as vantagens e benefícios previstos na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (D.C. 8-5, pág. 3674).

Na sessão de 8 de maio, foi aprovado o seguinte projeto em primeira discussão, que cria gratificação para os membros do Conselho de Terras da União para representante da Fazenda Nacional e secretário do mesmo Conselho (D.C. 9-5, pág. 3732).

Aprovado requerimento de designação de comissão especial para relatar o projeto de lei que dispõe sobre a aposentadoria dos servidores de autarquias pertencentes ao patrimônio da União, às caixas econômicas federais e outras instituições congêneres (D.C. 9-5, pág. 3732).

Foi a imprimir o projeto do Poder Executivo que autoriza abertura de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério (D.C. 9-5, pág. 3748).

No Senado Federal

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei da Câmara que releva a prescrição em que incorreu o direito de Rodolfo Albuquerque Figueiredo, Escrevente do M.G., de pedir retificação do ato de sua nomeação para o cargo (D.C. 6-5, pág. 3996).

Foi a imprimir o parecer da Comissão de Finanças ao projeto de lei que abre crédito ao Congresso Nacional para pagamento do abono de emergência aos funcionários de suas Secretarias (D.C. 6-5, pág. 3590). Concedida urgência para o projeto. Aprovado na sessão de 6 de maio (D.C. 7-5, pág. 3649).

Foram a imprimir os pareceres das comissões técnicas ao projeto de lei que altera os quadros de pessoal das Secretarias dos T.R.E. do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Paraíba e Pernambuco (D.C. 7-5, pág. 3639). Em virtude de emenda, este projeto volta às comissões (D.C. 9-5, pág. 3778).

Aprovada a redação final do projeto de lei que abre crédito suplementar para pagamento de proventos de aposentados do Território do Rio Branco (D.C. 7-5, página 3649).

Chega ao Senado o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial ao M.T.I.C. para pagamento de gratificação adicional a servidores daquele Ministério (D.C. 9-5, pág. 3771).

PLANO DE CARVÃO NACIONAL

Na Câmara dos Deputados

Iniciado na Comissão de Segurança Nacional o debate do parecer do relator às emendas do Senado ao projeto de lei que aprova o Plano de Carvão Nacional. O parecer foi aprovado (D.C. 7-5, pág. 3609). Publicado o parecer (D.C. 8-5, pág. 3664).

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres favoráveis, foi a imprimir o projeto de lei que concede pensão especial à viúva do Dr. Alcino de Leão Rodrigues, antigo professor fundador da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (D.C. 5-5, página 3451). Este projeto foi aprovado em primeira discussão (D.C. 9-5, pág. 3765).

Apresentados, respectivamente, pelos deputados Antônio Maria Correia e Plácido Olímpio, os seguintes projetos de lei: Concede pensão especial à viúva do general Antônio Antunes Alencar; e concede pensão especial à viúva do engenheiro civil do DNER Rodolfo Paraiso Godinho (D.C. 5-5, pág. 3456).

Aprovada a redação final do projeto de lei que concede pensão especial à viúva do ex-coletor federal Alberto Henrique de Abreu (D.C. 5-5, pág. 3460).

Com pareceres da Comissão de Finanças, foram a imprimir os projetos de lei que: autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento das pensões devidas a Maria Edemia Cordovil e a seu filho Cordovil Viana Machado; concede pensão especial ao pescador José Maurilho, invalidado em consequência de acidente no trabalho (D.C. 6-5, págs. 3558 e 3560).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que altera o limite máximo do valor do imóvel para financiamento de moradia dos associados de Institutos e Caixas (D.C. 6-5, pág. 3574). Aprovado também sem segunda discussão (D.C. 9-5, pág. 3758).

Aprovados os requerimentos de desarquivamento dos projetos de lei que: releva a prescrição e assegura direito à percepção de montepio a Izabel Maria Pereira de Guaraná; e concede pensão especial a Guilhermina Gerlach (D.C. 6-5, pág. 3577). O último projeto foi aprovado em primeira discussão (D.C. 9-5, pág. 3762).

Rejeitado o projeto de lei que concede pensão especial ao professor Luís Alves dos Santos e aprovados os que: concede pensão especial à viúva do engenheiro Reinaldo Soares da Silva Lima; concede pensão especial à viúva e filho menor do ex-guarda civil Augusto César de Araújo Oliveira; e concede pensão especial à viúva do ex-coletor federal Cornélio Brantes Filho (D.C. 6-5, pág. 3577).

Foram a imprimir as seguintes redações finais: concede pensão especial às viúvas e filhos menores dos ex-funcionários federais Alaim de Almeida Carneiro e Murilo Braga de Carvalho; e altera o limite estipulado no art. 1.º *in fine*, do Decreto-lei n.º 2.987, de 27 de janeiro de 1941 (D.C. 7-5, pág. 3614). A redação final desses projetos foi aprovada (D.C. 9-5, pág. 3730).

Foi a imprimir a redação para segunda discussão do projeto de lei que concede pensão especial, como prêmio, ao Dr. Mário Pinto Serva (D.C. 8-5, pág. 3669).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que concede pensão especial à viúva do agente fiscal do imposto de consumo Aureliano Silveira (D.C. 9-5, pág. 3748).

Em segunda discussão, foi aprovado o projeto de lei que concede pensão especial à viúva do engenheiro Reinaldo Soares da Silva Lima (D.C. 9-5, pág. 3758).

Rejeitado o projeto de lei que fixa o juro máximo de 6% ao ano para os empréstimos imobiliários dos IAP e das CAP e dá outras providências (D.C. 9-5, página 3762).

No Senado Federal

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei que assegura o direito à habilitação *post mortem* perante o IPASE, por parte dos herdeiros dos contribuintes falecidos até um ano após a vigência do Decreto-lei n.º 3.347 de 12 de junho de 1941, e dá outras providências (D.C. 5-5, pág. 3485).

Encerrada a discussão única do projeto de lei que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do IPASE (D.C. 5-5, pág. 3489).

Lido na hora do expediente o projeto de lei da Câmara que concede pensão especial à viúva e filhas solteiras do professor Arduino Fontes Bolivar (D.C. 6-5, página 8589).

Em discussão única, foi aprovado o projeto de lei do Senado que dispõe sobre a situação de segurados obrigatórios do IPASE. O projeto permite que o funcionário continue, após deixar o serviço público, a contribuir regularmente, a fim de assegurar todas as vantagens e regalias decorrentes do seguro social (D.C. 6-5, pág. 3595).

Encerrada a discussão do projeto de lei que concede pensão especial à viúva de Luís Campos Teixeira, ex-presidente da C.E.F. de Alagoas (D.C. 6-5, pág. 3598). Este projeto foi aprovado na sessão de 6 de maio (D.C. 7-5, 3648).

Foram a imprimir os pareceres aos seguintes projetos de lei: concede pensão especial à filha do cientista patricio Osvaldo Cruz; releva a prescrição em que incorreram o montepio e meio soldo a que fizeram jus as beneficiárias do tenente Gustavo Sampaio; e atualiza as pensões dos herdeiros dos oficiais e praças que perderam a

vida no combate à revolução comunista de 1935 (D.C. 7-5, pág. 3638). O último projeto foi aprovado em discussão única (D.C. 9-5, pág. 3776).

Foram a imprimir os pareceres das Comissões técnicas ao projeto de lei que releva a prescrição em que incorreu a pensão especial a que teria direito dona Simone de Guaraná Guia, irmã do capitão de corveta Stelio Guaraná Guia (D.C. 8-5, pág. 3688).

SAÚDE PÚBLICA

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres dos órgãos técnicos, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo M.E.S., o crédito especial de doze milhões de cruzeiros para a construção de um hospital de clínicas em Belém, Pará (D.C. 5-5, pág. 3449).

O deputado Pereira da Silva apresentou projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial destinado ao Serviço Nacional de Malária para o combate à malária na Amazônia (D.C. 5-5, pág. 3456).

Em virtude de emendas, volta à Comissão de Saúde Pública o projeto de lei que institui a Lei Orgânica da Saúde e dá outras providências (D.C. 6-5, pág. 3572).

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Na Câmara dos Deputados

A convite da Comissão do Vale do Rio São Francisco, compareceu a esse órgão técnico o engenheiro Paulo Peltier de Queiroz, diretor-superintendente da C.V.S.F., que expôs o plano de aproveitamento progressivo de uma faixa verde nas margens do São Francisco. Nessa oportunidade, o engenheiro Peltier de Queiroz leu trabalho elaborado sobre planos de irrigação (D.C. 5-5, pág. 3442).

Publicada a ata da 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.C. 5-5, pág. 3446).

Com parecer favorável da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza (D.C. 6-5, pág. 3553).

Em primeira discussão, foi aprovado o projeto de lei que autoriza a construção de um prédio para a instalação da Agência Postal Telegráfica no município de Gravataá, Pernambuco (D.C. 6-5, pág. 3574).

Com parecer contrário da Comissão de Finanças, foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de créditos especiais para construção e distribuição das redes de água potável e esgoto da cidade de São Lourenço, MG (D.C. 9-5, pág. 3744).

No Senado Federal

Em discussão única, foi aprovado com emenda o projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de correspondência postal e telegráfica em edifícios residenciais (D.C. 5-5, pág. 3484).

Foi a imprimir a redação final à emenda do Senado ao projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de correspondência postal (D.C. 8-5, pág. 3687).

OUTROS PROJETOS

Na Câmara dos Deputados

Com pareceres técnicos das comissões técnicas, foram a imprimir os seguintes projetos de lei: autoriza emissão de selos postais comemorativos da emancipação política

do Paraná; considera feriado o dia 30 de outubro, em homenagem ao comerciante; e dispõe sobre a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República (D.C. 5-5, pág. 3453). O primeiro projeto foi aprovado e o último rejeitado (D.C. 9-5, pág. 3765).

Lido na hora do expediente da sessão de 4 de maio o projeto de lei do Poder Executivo que autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Hórto Frutícola da Penha e dá outras providências (D.C. 5-5, pág. 3455).

O deputado Pedro de Souza apresentou projeto de lei que autoriza concessão de anistia aos devedores à Fazenda Nacional que sejam chefes de família numerosa, tenham seus bens imóveis gravados por hipotecas ou outros ônus reais e não sejam suas obrigações fiscais superiores a cem mil cruzeiros (D.C. 5-5, pág. 3456).

Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, salvo os destaques, o parecer do relator às emendas do Senado Federal ao projeto de lei que dispõe sobre a liberdade de imprensa (D.C. 7-5, pág. 3609).

Promulgadas as seguintes resoluções da Câmara dos Deputados: constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apuração de atos e fatos em torno de bens das chamadas Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; constituição de uma comissão parlamentar e inquérito para ampla investigação sobre a existência de jogos de azar em todo o país (D.C. 6-5, pág. 3493).

Com parecer da Comissão de Finanças, foi a imprimir, acompanhado de emenda do Senado, o projeto de lei que dispõe sobre a repressão ao contrabando (D.C. 6-5, página 3445).

Foi a imprimir o projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para transladação para o Brasil dos restos mortais da escritora Nisia Floresta (D.C. 6-5, página 3552).

Chega à Câmara o projeto de lei do Senado que modifica o art. 140 do Código do Processo Civil — alteração de ato do Registro Civil (D.C. 6-5, pág. 3560).

O deputado Campos Vergal apresentou projeto de lei que autoriza abertura de crédito especial para aquisição do quadro "Tiradentes ante o carrasco" (D.C. 6-5, página 3569). O mesmo deputado apresentou outro projeto que suspende as execuções de despejo contra a União, os Estados, os Municípios e as autarquias.

Em primeira discussão, foram aprovados os seguintes projetos de lei: autoriza abertura de crédito especial para atender ao pagamento de contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais; e autoriza emissão de selo postal comemorativo da fundação da cidade de Rio Prêto, São Paulo. (D.C. 6-5, pág. 3539). Esses projetos foram aprovados em segunda discussão (D.C. 9-5, página 3758).

Foi aprovado na mesma Comissão parecer pela constitucionalidade do projeto de lei que altera o art. 3.º e seus §§ do Decreto n.º 20.491, de 46, que altera o regulamento para a fiscalização aduaneira dos transportes aéreos (D.C. 7-5, pág. 3609).

Aprovado o requerimento da Comissão de Economia que solicita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade do projeto de lei que promove a extinção das favelas do Rio de Janeiro, fundação colônias agrícolas e dá outras providências (D.C. 7-5, pág. 3622).

Foi a imprimir o projeto de resolução que autoriza a Mesa a remeter ao Presidente da República os autos do inquérito sobre as atividades da extinta Comissão Central de Preços (D.C. 8-5, pág. 3670).

O projeto de resolução que dispõe sobre o uso dos livros da Biblioteca por parte de Deputado foi rejeitado (D.C. 9-5, pág. 3731).

Apresentado pelo deputado Dilermando Cruz projeto de resolução que suprime a parte final do parágrafo único do art. 11 do Regimento Interno (D.C. 9-5, pág. 3751).

No Senado Federal

Encerrada a discussão única do projeto de lei do Senado que autoriza a ereção de um monumento que perpetue a memória do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (D.C. 5-5, pág. 3489).

Promulgada a resolução que cria uma comissão de inquérito para promover ampla investigação sobre a existência de jogos de azar em todo o território nacional (D.C. 6-5, pág. 3585).

Foram a imprimir os pareceres das comissões técnicas ao projeto de resolução que dispõe sobre a construção de edifício para sede do Senado (D.C. 6-5, pág. 3590).

Encerrada a discussão do projeto de lei da Câmara que manda erigir um "Panteon" em Maceió, Alagoas (D.C. 6-5, pág. 3598). Aprovado na sessão de 6 de maio (D.C. 7-5, pág. 3648).

Lida na hora do expediente a emenda substitutiva da Câmara a projeto de lei do Senado que altera o art. 231 do Código do Processo Penal (D.C. 8-5, pág. 3687).

Chega ao Senado o projeto de lei que dispõe sobre as comemorações do Primeiro Centenário de Nascimento de João Capistrano de Abreu (D.C. 9-5, pág. 3771).

DIVERSOS ASSUNTOS

Na Câmara dos Deputados

A Comissão de Valorização Econômica da Amazônia dedicou a sua reunião de 24 de abril findo ao exame da situação criada com as enchentes do Rio Amazonas (D.C. 5-5, pág. 3445).

Aprovado o projeto de resolução que concede licença para tratamento de saúde ao deputado Otávio Lobo (D.C. 5-5, pág. 3460).

DISCURSOS

Na Câmara dos Deputados

Na sessão diurna de 4 de maio, falaram os seguintes senhores deputados: Osvaldo Orico, a propósito de caravana de parlamentares em visita à região alagada pelo Rio Amazonas, para declarar que não participará da viagem; Adahil Barreto sobre atraso em resposta a requerimento de informações formulado ao M.E.S.; Valdemar Rupp pedindo providências ao M.E.S. para o combate à malária em Santa Catarina; Dilermando Cruz sobre a concessão do empréstimo de trezentos milhões de dólares ao Brasil; Brígido Tinoco sobre supressão de coletoria federal em São Gonçalo, Estado do Rio; Rui Araújo a respeito das conseqüências da cheia do Rio Amazonas; Jader Albergaria sobre atraso na distribuição de verba a mutilados prevista no orçamento do M.E.S.; Epilogo de Campos a respeito da enchente do Rio Amazonas, para esclarecer a iniciativa da viagem à Amazônia da caravana parlamentar; Willy Frolich sobre o imposto de vendas e consignações cobrado no Rio Grande do Sul; Dilermando Cruz, na formulação de reclamação, a respeito de informações solicitadas ao Ministério da Fazenda; Osvaldo Trigueiro, Armando Falcão, Campos Vergal, Flores da Cunha, Afonso Arinos, Ernani Satiro, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Orlando Dantas, Fernando Ferrari, Dilermando Cruz, Celso Peçanha e Jarbas Maranhão na discussão de requerimento que solicita a inserção em ata de um voto congratulatório pela passagem da data dos trabalhadores. O deputado Roberto Morena proferiu discurso que será publicado depois. Na sessão noturna, o deputado Oscar Carneiro discursou na discussão do projeto de lei que dispõe sobre os créditos orçamentários destina-

dos ao combate às secas do Nordeste. Os deputados Samuel Duarte, Fernando Ferrari, Maurício Joppert e Clodomir Millet proferiram discursos que serão publicados depois.

Ocuparam a tribuna na sessão diurna de 5 de maio os seguintes oradores: Negreiros Falcão para fazer o necrológio do professor Aristide Novis; Luís Garcia sobre a entrega de cotas aos municípios e apelo aos governadores dos Estados para concederem abono ao seu funcionalismo; Frota Aguiar para ler telegrama de produtores de bagas de mamona; Celso Peçanha sobre inauguração de pôsto do SAMDU em Campos; Paulo Sarasate sobre pagamento de abono de emergência ao pessoal do IBGE no Ceará; Carmelo d'Agostino sobre petição da população de Jafa, SP, no sentido de obter a instalação de uma agência dos correios e telégrafos; Fernando Ferrari, sobre questão de ordem; Armando Falcão para considerações em torno do problema das secas do Nordeste; Pereira da Silva, na discussão de projeto de lei, sobre as enchentes do Rio Amazonas; Rui Araújo na discussão do mesmo projeto; Ari Pitombo na discussão de projeto que concede auxílio para construção do Museu de Arte Moderna do Rio; Lopo Coelho, Plácido Olímpio, Bilac Pinto; Raimundo Padilha, João Cabanas no mesmo sentido; e Flores da Cunha para o necrológio do general João Francisco Pereira de Souza. Os deputados Roberto Morena, Adahil Barreto, Orlando Dantas proferiram discursos que serão publicados depois. Na sessão noturna do mesmo dia falaram: Fernando Ferrari sobre projeto de lei em discussão que emenda a lei orçamentária; Campos Vergal a respeito do projeto de lei que concede pensão especial ao prof. Luís Alves dos Santos; Ari Pitombo no requerimento de designação de comissão especial para relatar projeto; Lopo Coelho, João Agripino, na discussão de projeto de lei que estende vantagens a auditores e advogados da Justiça Militar; publicado o discurso proferido pelo deputado Celso Peçanha na sessão de 4 de abril, sobre o Dia do Trabalho.

Falaram, na sessão de 6 de maio, os seguintes oradores: Maurício Joppert para falar sobre a personalidade de Aarão Reis, cujo centenário se comemora; Deodoro Mendonça no mesmo sentido; Cunha Machado também, em nome do Maranhão; Mendonça Júnior, Brochado da Rocha, Ponciano dos Santos, Emílio Carlos, Arruda Câmara, Nelson Carneiro, Roberto Morena, Jorge Lacerda e Carlos Luz na discussão do projeto que concede auxílio para início da construção do Museu de Arte Moderna do Rio; Moreira da Rocha e Armando Falcão para falar sobre a personalidade do escritor cearense Rodolfo Teófilo, cujo centenário se comemora. Publicado o discurso do deputado Aldo Sampaio, proferido na sessão de 23 de abril, em que leu o discurso do Dr. Francisco Campos, proferido em Ouro Preto, no Dia de Tiradentes.

Foram os seguintes os oradores que ocuparam a tribuna na sessão de 7 de maio: Nelson Omegna para ler memorial de apoio a projeto de sua autoria que concede abono aos aposentados de Cap; Dolor de Andrade sobre projeto de sua autoria de organização de núcleos coloniais; Dilermando Cruz sobre a atual administração do IAPETC; Benjamin Farah sobre projeto de lei que assegura promoção periódica aos sargentos das Forças Armadas; Miguel Couto sobre a região que visitou e se encontra assolada pela seca; Roberto Morena sobre demolição do Forte do Buraco, em Pernambuco, considerado monumento histórico; Frota Aguiar sobre demissão de funcionário municipal; Celso Peçanha sobre assuntos da economia açucareira; Pereira da Silva a respeito da criação da comissão executiva de socorro às populações atingidas pela enchente do Amazonas; Willy Frolich sobre os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no setor Transportes; Clodomir Millet sobre a construção do pôrto do Maranhão; Aluísio de Castro para um apelo sobre a realização de obras em Belmonte; Wilson Cunha sobre reclamações contra o comandante da Força Pública do Espírito Santo; o ministro João Cleophas, atendendo a requerimento de convocação, leu discurso que será publicado depois.

Falaram, nas sessões de 8 de maio, os seguintes senhores deputados: Negreiros Falcão sobre convocação de Ministros para prestar informações; Jorge Lacerda sobre a situação da indústria carbonífera; Adahil Barreto sobre a comemoração do Dia das Mães; Pereira da Silva sobre utilização de edifícios públicos no Amazonas; Flavio Castrioto sobre desabamento de ponte na Rio-Petrópolis; Paraillo Borba sobre transportes coletivos no Rio; Chagas Rodrigues a respeito do falecimento do Sr. Alberto de Moraes Correia; Nelson Carneiro sobre a deliberação do T.S.E. a respeito de apresentação de título eleitoral para posse em cargo público; Dolor de Andrade sobre atividades agrícolas em São Paulo; Lima Figueiredo sobre fábrica de enxófre em Santa Catarina; Ulisses Guimarães sobre criação de colônias federais; Felix Valois a respeito de política do Rio Branco; Nelson Carneiro na discussão de projeto de concessão de auxílio; Armando Falcão, Fernando Ferrari, Dilermando Cruz, Wolfram Metzler na discussão de projeto de lei que dispõe sobre reserva até 3% das contribuições aos IAP para fins de alimentação; Euzébio Rocha sobre editorial de jornal nova-iorquino; Lima Figueiredo sobre problemas da lavoura no Brasil; Pereira Diniz sobre entrevista do governador José Américo; Tenório Cavalcanti na discussão de projeto de lei sobre crédito para transporte de imigrantes holandeses; João Cabanas no mesmo sentido; Orlando Dantas para denunciar arbitrariedades da polícia de Sergipe; Campos Vergal na discussão de projeto que abre crédito para construção de hospital; Osvaldo Orico, Daniel Faraco e Lúcio Bitencourt na discussão de projeto de lei de criação da cadeira de Etnografia brasileira e língua tupi.

No Senado Federal

Na sessão de 4 de maio, ocuparam a tribuna os seguintes senhores senadores: Gomes de Oliveira sobre o problema agrário, especialmente reforma agrária; Apolônio Sales, no encaminhamento da votação do projeto de lei que dispõe sobre a distribuição de sementes de trigo pelo processo de devolução; Ferreira de Souza na discussão do projeto de lei que modifica legislação sobre promoção de militares; Pinto Aleixo, Onofre Gomes e Ismar de Gois no mesmo sentido; e Melo Viana para falar sobre Joaquim Gonçalves Ramos, por motivo de seu centenário de nascimento. Publicados os discursos proferidos pelos senadores Onofre Gomes, Álvaro Adolfo como relatores do projeto de decreto legislativo que aprova o acôrdo militar Brasil-Estados Unidos.

Ocuparam a tribuna, na sessão de 5 de maio, os seguintes oradores: Ezechias da Rocha sobre as secas do Nordeste; Hamilton Nogueira sobre o discurso do Presidente da República no Dia do Trabalho; Francisco Galotti sobre surto de malária no interior de Santa Catarina; Atilio Vivacqua para um necrológio; Kerginaldo Cavalcanti para comentar despacho de um jornal nova-iorquino; e Ferreira de Souza na discussão de projeto de lei sobre funções do magistério superior. Publicados os discursos proferidos pelos senadores Ismar de Gois e Assis Chateaubriand, o primeiro na sessão de 4 de maio sobre prática de jogos de azar no país; e o segundo no dia 27 de abril na discussão do problema do petróleo nacional.

Falaram, na sessão de 6 de maio, os seguintes senhores senadores: Álvaro Adolfo por motivo do centenário de Aarão Reis; Alencastro Guimarães sobre o regime de licença-prévia para importações, prestes a expirar; Bernardes Filho na defesa do Ministro da Fazenda; Ferreira de Souza, Álvaro Adolfo, Anísio Jobim, Ismar de Gois, Kerginaldo Cavalcanti, Gomes de Oliveira e Vivaldo Lima na discussão de projeto de lei de concessão de auxílio.

Foram os seguintes os oradores da sessão de 7 de maio: Gomes de Oliveira sobre problemas de economia, especialmente a intervenção estatal no domínio econômico; Ismar de Gois sobre a conferência Interparlamentar de Berlim, da qual participou; Vitorino Freire para ler o discurso

do Sr. Francisco Campos proferido em Ouro Preto no dia de Tiradentes; Anísio Jobim sobre a enchente do Rio Amazonas. Publicados os discursos proferidos: pelo senador Othon Mader, na sessão de 27 de abril, sobre a exploração do petróleo nacional; e Flávio Guimarães sobre projeto discutido na sessão de 5 de maio e relacionado com matéria educacional.

Discursaram na sessão de 8 de maio os seguintes senhores senadores: Vivaldo Lima sobre a data natalícia do fundador da Cruz Vermelha; Hamilton Nogueira sobre entrevista do governador José Américo; Mozart Lago sobre editorial do "Correio da Manhã" em defesa do Congresso; Alfredo Neves sobre questões regimentais; Othon Mader sobre projeto em discussão; e Kerginaldo Cavalcanti no mesmo sentido.

REQUERIMENTOS E INFORMAÇÕES

Na Câmara dos Deputados

Recebidas as seguintes respostas a pedidos de informações: do Ministério do Trabalho sobre exigências de contribuições por parte dos pequenos construtores no IAPI; e do Ministério da Agricultura, sobre quantitativos até agora despendidos com exposições agropecuárias.

Deferidos, na sessão de 5 de maio, os seguintes requerimentos: de Aliomar Baleeiro, sobre os automóveis desembarcados do "Lóide Equador", em fins de abril ou começo de maio de 1952; do mesmo, sobre o registro, matrícula ou anotação no Serviço de Trânsito do D.F.S.P., de um automóvel "Cadillac Sedan-Imperial"; Tenório Cavalcanti, sobre substituição de plantas que acompanharam o decreto de desapropriação da faixa de domínio do oleoduto; do mesmo, sobre advogado do quadro de funcionários da E.F.C.B.; do mesmo sobre aplicação da verba de cem milhões de cruzeiros destinada ao pagamento do repouso remunerado na E.F.C.B.; ainda do mesmo sobre cargos e ocupantes que especifica, na E.F. Santos-Jundiá; Fernando Ferrari sobre razões alegadas pela Companhia Rádio Internacional do Brasil para pleitear alteração de tarifas no território nacional; Pontes Vieira sobre atividades de diversas instituições de previdência social; Jader Albergaria, sobre concorrência administrativa realizada na D.M. do M.E.S. para fornecimentos de aparelhos e carros ortopédicos; e Roberto Morena, sobre a missão do Sr. Ernani do Amaral Peixoto na sua viagem aos Estados Unidos da América.

Deferidos os seguintes requerimentos: do deputado Willy Frohlich, transferência de mensageiro do D.C.T.; Tarso Dutra, sobre concessão de empréstimos pela C.E.F. do Rio Grande do Sul a entidades esportivas do mesmo Estado; do primeiro, sobre admissão nos serviços postais-telegráficos do Rio Grande do Sul do Sr. Antenor Mendes de Oliveira; Pontes Vieira, sobre atividades do IAPB em todo o território nacional; Tarso Dutra, sobre promoção e merecimento de funcionários da carreira de escrivão de coletoria; Osvaldo Fonseca sobre aplicação de verbas da ligação rodoviária Japeri-Miguel Pereira; José Guimarães, sobre rompimento do cais da cidade de Belmonte, nas imediações da Igreja Matriz, Estado da Bahia; e Tarso Dutra, sobre a abertura de crédito especial de que trata a Lei n.º 1.791, de 30-12-52.

Deferidos na sessão de 7 de maio os seguintes requerimentos: do deputado Lucílio Medeiros sobre as atividades, a receita e a despesa do Serviço de Navegação da Bacia do Prata; Aliomar Baleeiro sobre quem figura proprietários nos assentos da P.D.F. do automóvel Cadillac Sedan Imperial importado pelo Ministério da Fazenda; e do mesmo sobre assentamento do Consulado do Brasil em New York sobre o mesmo assunto.

Recebidas as seguintes informações: do M.A. sobre acôrdo celebrado entre o Brasil e os E.U.A. relativo à

exportação de minério de tório; do M.T.I.C. sobre recolhimento de cota de previdência do Fundo Único; do C.N.A.E.E. sobre finalidades desse órgão; do DASP sobre execução da Lei n.º 1.765, de 1952; do mesmo sobre projeto de lei de lotação do pessoal técnico do M.A.; do M.T.I.C. sobre atividades da COFAP; e do mesmo sobre a situação da CAP dos Ferroviários da São Paulo Railway.

Deferidos os seguintes requerimentos na sessão de 8 de maio: do deputado Guilhermino de Oliveira pedindo relação dos bens incorporados ao Patrimônio da União; Aliomar Baleeiro sobre o que consta na CEXIM a respeito de um Cadillac comprado pelo Ministério da Fazenda; José Fleury sobre serviços executados pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas; e do deputado Lima Figueiredo sobre a situação do café no Brasil.

No Senado Federal

Deferido requerimento de informações ao M.T.I.C. sobre assuntos ligados à administração do IAPETC (D.C. 5-5, pág. 3480).

Recebidas as informações do Ministério da Fazenda sobre concorrência para aquisição de unidades elétricas para a Central do Brasil (D.C. 6-5, pág. 3590).

Deferido requerimento do senador Mozart Lago sobre contrato da Prefeitura do Distrito Federal com a Companhia Telefônica Brasileira (D.C. 7-5, pág. 3639).

Deferido requerimento do senador Alencastro Guimarães sobre os preços que serviram de base para o financiamento do arroz da atual e da safra passada (D.C. 9-5, pág. 3773).